



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Assessoria Técnica - SUDESB/DG/ASTEC

**TERMO DE FOMENTO Nº. 129/2026, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SUDESB -SUPERINTENDÊNCIA DOS
DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA E A FEDERAÇÃO
BAHIANA DE HANDEBOL - FBH**

A SUDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.323.001/0001-19 com sede na Rua dos Rádioamadores, 159-357, Pituaçu, Salvador - Bahia, CEP: 41740-090, representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL - FBH**, CNPJ nº 13.477.203/0001-15, situado na Av. Mário Leal Ferreira - Engenho Velho de Brotas, Sala 5, Salvador - BA, 40285-600, Telefone: (71) 991571841, com Estatuto arquivado no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil Pessoas Jurídicas, Rua Archimedes Gonçalves nº 2 - Salvador/Bahia, registro/Averbação 16195,,fls 303 por meio da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 087/2026, Processo Administrativo nº 069.1486.2026.0003024-67 neste ato representada por sua Presidente, Ariane Moura Teixeira, portadora do Documento de Identidade nº1292060247, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 36987177864, residente na Avenida Sossego, 275, casa 20, CEP 44073-450 - Feira de Santana - BA, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente Termo de Fomento, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº. 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio para realização do **CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2026**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, será realizada no período de 31/07/2026 a 22/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à **FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL - FBH**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21301 - SUDESB

Unidade Gestora: 0001 - SUDESB Executora

Função: 27 - Desporto e Lazer

SubFunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 414 - Esporte por Toda Parte

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região: 9900 - Estado

Elemento: 335041000 - Contribuições - Entidades

Destinação: 15000100000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor da Despesa: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Unidade Orçamentária: 21301 - SUDESB

Unidade Gestora: 0001 - SUDESB Executora

Função: 27 - Desporto e Lazer

SubFunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 414 - Esporte por Toda Parte

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região: 9900 - Estado

Elemento: 335041000 - Contribuições - Entidades

Destinação: 27060366600112010500 - Transferência Especial da União - Emenda Impositiva - EC Fed 105/19 art 166A, inc I -Adm. Direta - EP Dep. Zé Neto

Valor da Despesa: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no Banco do Brasil, agência nº. 1133-9, conta corrente nº. 50.862-4, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV - quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III. manter escrituração contábil regular;

IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.

XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XIX. administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido em virtude da parceria, inclusive executando manutenção preventiva e corretiva de forma contínua, até a sua restituição ao Poder Público, contratando seguros prediais e de responsabilidade civil e responsabilizando-se pela segurança patrimonial do imóvel;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

- I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
- II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
- V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;
- VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
- VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;
- VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;
- XI. conceder o uso dos bens móveis e imóveis mediante ato da SUDESB e celebração dos correspondentes Termos de Permissão de Uso;

CLÁUSULA SÉTIMA - ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da parceria, a Coordenação de Excelência Esportiva o analista técnico, FERNANDO FERREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR, matrícula 696248, telefone (71) 3198-0553 e o Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva Uilson José Silva de Souza, matrícula 92142459, telefone (71) 3198-0554. O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, Ivanildes Machado Vilas Boas Souza, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3198-0526.

Existindo ainda a designação de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, conforme Portaria nº 142/2021, modificada pela Portaria nº 054/2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressaltando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA- RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;

b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;

b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I - OSC:

a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;

b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;

c) disponibilizar à administração pública todos os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido pelos Termos de Permissão de Uso, bem como aqueles adquiridos em virtude do Termo de Fomento.

II - SUDESB:

- a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.
- b) revogar a autorização da cessão de uso do espaço

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades, declaração de devolução dos bens permitidos pela administração pública e de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador – BA, 26 de junho de 2026

Vicente José de Lima Neto
Diretor-geral

Ariane Moura Teixeira
Presidente da Federação Bahiana de Handebol – FBH

Testemunhas:

1) _____

(nome e CPF legível)

2) _____

(nome e CPF legível)

PLANO DE TRABALHO

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC

DADOS DA OSC:

Nome da OSC: FEDERAÇÃO BAHIANA DE HANDEBOL - FBH

CNPJ: 13477203/0001-15

Data de Criação: 23/05/1980

Endereço: Av. Mário Leal Ferreira - Engenho Velho de Brotas, Sala 5, Salvador - BA, 40285-600

Telefone: **(75) 983432770**

Endereço eletrônico (e-mail): federacaohandebolba@gmail.com

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: ARIANE MOURA TEIXEIRA

RG/Órgão expedidor/UF: 192060247/SSP/BA CPF/MF:36987177864

Endereço: AVENIDA SOSSEGO, 275, CASA 20

Telefone: 75 983432770

Endereço eletrônico (e-mail): arianemoura.direito@outlook.com

B. OBJETO DA PARCERIA

Realização do CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2026, vinculado ao Plano Plurianual 2023 a 2027 por meio do:

Programa: 414 – ESPORTE POR TODA PARTE

Compromisso: 03 Fomentar o esporte de alto desempenho considerando as vocações territoriais. Indicador: 01 – Número de projetos de esportes apoiados – 05 etapas

02– Número de municípios beneficiados: 05 (Feira de Santana, Salvador, Luiz Eduardo Magalhães, Senhor do Bonfim).

C. OBJETIVO DA PARCERIA

Promover o fortalecimento do handebol na Bahia por meio da realização do Campeonato Baiano de Handebol 2026, estimulando a participação de clubes, escolas e projetos esportivos em um ambiente de competição formativa e federada.

D.DESCRICÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

O Handebol uma atividade física que engloba diversas categorias, cada uma com suas particularidades e contribuições para o desenvolvimento físico, mental e social. As principais CATEGORIAS que incluem as Categorias A – Adulto (acima dos 18 anos); Categoria B – Júnior (19 a 21 anos); Categoria C – Juvenil (16 a 18 anos); Categoria D – Cadete (15 a 17 anos); Categoria E – Infantil (13-14anos), Categoria F – Mirim (11 a 12 anos) incluindo o Mini- handebol (06 a 10 anos).

O handebol é uma modalidade esportiva do tipo invasão, coletiva e dinâmica, que dentro da sua complexidade exige do atleta rapidez na tomada de decisão, senso estratégico apurado, além de intensa preparação física a fim de alcançar o alto desempenho de suas habilidades psicomotoras. Dentro das realidades das diferentes categorias, há especificidades quanto ao tamanho da bola utilizada para jogo, definido oficialmente pela Federação Internacional de Handebol (IHF) e a Confederação Brasileira de Handebol (CBHb), nesta mesma toada segue as determinações quanto ao espaço de jogo (quadras oficiais 40x20) e o tempo de jogo que é adaptado nas categorias infantil (50 min de jogo), mirim (30 min de jogo), sendo nas categorias A, B, C, D, temo de jogo de 60 minutos. O handebol promove a inclusão e participação de pessoas de todas as idades e habilidades. Na Bahia, a prática do handebol tem conquistado espaço ao longo dos anos, com participação de equipes baianas em competições oficiais organizadas pela CBHb, como as Copas Regionais de Clubes (2026), o sediamiento do Campeonato Brasileiro de Clubes Adulto Feminino | Fase Final em Salvador (2026), Campeonato Brasileiro de Seleções Cadete e Juvenil (2024), e em 2025 com a realização de forma independente, pela FBHb, do Campeonato Baiano de Handebol 2025, contribuindo para o desenvolvimento físico e social da comunidade do handebol baiano.

A introdução de programas esportivos e a promoção de eventos têm estimulado a participação em diferentes categorias. Além disso, a formação de atletas locais tem colocado a Bahia no cenário nacional e internacional do handebol, através de participação como no Torneio FERIA de las Flores – Medellin – Colômbia (2024, 2025), pelo segundo ano consecutivo. Os benefícios sociais da prática de handebol na Bahia incluem a promoção da saúde física e mental, o fomento ao espírito de equipe e colaboração, além do estímulo à inclusão e diversidade. A realização do **Campeonato Baiano de Handebol - 2026 em suas três conferências classificatórias e duas final fours** tem um impacto significativo no esporte, nos atletas e na sociedade baiana através das conferências realizadas nas seis cidades polos Baianas. A visibilidade gerada pelo evento contribui para atrair novos praticantes, investimentos e patrocínios para o esporte, estimulando o crescimento e a expansão das atividades relacionadas ao nas mesorregiões propostas, sendo atingidas as mesorregiões **Conferência I – Princesa do Sertão, Feira de Santana** – Território Portal do Sertão, **Conferência II – Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim** – BA – Território Vale do São Francisco, **Conferência III – Portal do Sertão, Feira de Santana.**

– Território Portal do Sertão; **Final Four Adulto Masculino**– Território Bacia do Rio Grande, **Final Four Júnior, Juvenil. Adulto Feminino, Salvador** – Território Metropolitano. Para os atletas, esta competição oferece a oportunidade de competir em um ambiente oficial e desafiador, com partidas ranqueadas objetivando acesso as bolsas oferecidas pelos programas do Governo do Estado da Bahia, além de possibilitar o intercâmbio com outros atletas e treinadores. A participação em competições locais fortalece o desenvolvimento técnico e emocional dos atletas, preparando-os para competições nacionais e internacionais.

Os principais benefícios do **CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2026** incluem:

1. **Desenvolvimento técnico:** Os atletas têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades e técnicas por meio da participação em competições locais, recebendo feedback valioso dos juizes e treinadores.

2. **Integração social:** O evento promove a interação entre atletas, treinadores, familiares e fãs, fortalecendo os laços comunitários e a união em torno do esporte.
3. **Incentivo à prática esportiva:** A realização do Campeonato Baiano de Handebol - 2026 estimula a participação de novos praticantes, incentivando a prática do handebol entre crianças, jovens e adultos.
4. **Visibilidade do esporte:** A cobertura midiática do Campeonato Baiano de Handebol aumenta a visibilidade do handebol na região, gerando interesse público e apoio à prática esportiva.

Em resumo, o **Campeonato Baiano de Handebol - 2026** desempenha um papel fundamental no fortalecimento do esporte na Bahia, oferecendo oportunidades para atletas, promovendo a prática esportiva olímpica e inspirando a comunidade local, além de entregar conferências oficiais que pontuará para o ranking da **Federação Bahiana de Handebol - FBHb** das categorias de base até ao alto rendimento, seguindo os padrões da (CBHb) - Confederação Brasileira de Handebol e da (IHF) Federação Internacional de Handebol.

A **Federação Bahiana de Handebol - FBHb** como órgão regulador do esporte no Estado da Bahia, tem como suas principais atribuições: Incentivar, defender, regular, promover e fomentar em todo território estadual a prática de Handebol da iniciação ao alto rendimento e todos os seus demais níveis busca convênio junto a **SUDESB** – Superintendência de Desportos do Estado da Bahia, que é uma Autarquia vinculada a **SETRE** – (Secretariado Trabalho, Emprego, Renda e Esporte), que tem como objetivo o fomento do desporto, recreação e lazer na Bahia, para a realização do **CAMPENATO BAIANO DE HANDEBOL 2026**.

AS METAS A SEREM ATINGIDAS NESSE EVENTO:

- ü Realizar o projeto **CAMPENATO BAIANO DE HANDEBOL 2026** em suas 05 conferências classificatórias e 1 Conferência Final (Final Four).
- ü Melhorar o nível técnico dos atletas de HANDEBOL do estado da Bahia;
- ü Promover a participação em categorias de base e alto rendimento.
- ü Ampliar a participação de clubes de diversas regiões.
- ü Transmitir ao vivo jogos do campeonato baiano 2026.

Diante dos dados apresentados, e considerando que o Handebol tem sido uma das modalidades de maior identificação em nosso Estado, e em consonância com a finalidade da SUDESB, a qual tem buscado fomentar o esporte no estado da Bahia, a **Federação Bahiana de Handebol** apresenta o Projeto **CAMPENATO BAIANO DE HANDEBOL 2026**, um projeto que já faz parte do Calendário Anual da FBHb da iniciação (base) ao alto rendimento, com previsão para o período de **31 de julho a 22 de novembro de 2026** em cinco Mesorregiões do nosso estado com a expectativa de atender aproximadamente **490 atletas** e um público geral estimado de 50.0 mil pessoas em todas as conferências (Redes sociais, transmissão ao vivo e presencial).

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

E1 AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Promover toda estrutura para realização do projeto “CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2026” Critério de Aceitação: Contratar Outros Serviços, conforme discriminados 2.2.3 Outros Serviços, de acordo com a previsão de receitas e despesas

Ação 2. Divulgação do Evento

Critério de Aceitação: Realizar transmissão ao vivo do campeonato baiano 2026. Confeccionar material de divulgação e identificação do Projeto Material Promocional em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.2 Comunicação; 2.2.1 Material Promocional de acordo com a previsão de receitas e despesas

Ação 3. Premiação

Critério de Aceitação: Confeccionar Medalhas para a seleção ganhadora de cada etapa e melhores jogadores e Troféus, em conformidade em conformidade com o quantitativo apresentando neste projeto, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.4 Premiação, de acordo com a previsão de receitas e despesas.

E2 INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Realizar o Campeonato Baiano de Handebol – 2026		Indicador	Und	Meio de Verificação	Quant.	Parâmetro de Avaliação de Desempenho
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar e fortalecer a prática do HANDEBOL no	Indicador 1: Nº de Atletas participantes	Atletas	Lista de inscritos, Súmula dos jogos	490	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% -Meta descumprida

	ambito Nacional e Internacional, através da realização do Campeonato Baiano de Handebol	Indicador 2: Nº de jogos realizados	Jogos	Súmula e Registro Fotográfico	40	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 70% - Meta Descumprida
META	Meta 1: Garantir a descentralização do calendário esportivo.	Indicador 3: Número de Territórios de Identidade e Municípios sede diferentes.	Cluões	Lista de inscritos, Súmula dos jogos	3	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% -Meta descumprida
	Meta 2: Premiar os três primeiros de cada categoria/naipe	Indicador 4: Nº de equipes classificadas	Clubes	Resultado Oficial	36	Alcance da Meta: Igual a 80% - Meta Cumprida Menor que 70% -Meta Descumprida
	Meta 3: Promover a participação em categorias de base e alto rendimento.	Indicador 5: Número de categorias contempladas	Clubes	Lista de inscritos, Súmula dos jogos	5	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% -Meta descumprida

Para a realização do evento, será necessário a contratação de: Infraestrutura, Outros Serviços, Comunicação e aquisição de Material Promocional, Transporte, A divulgação do evento será realizada através: Sites, Rede Social, Banners, Camisas de staff, medalhas com logomarcas do Evento, Estado da Bahia, **SETRE** e da **SUDES**. Toda a solenidade de premiação acontecerá ao final da Final Four, com entrega de brindes promocionais com logomarcas do Evento para as equipes participantes da fase final, Estado da Bahia, **SETRE** e da **SUDES**.

F.FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

O Campeonato Baiano de Handebol 2026 será realizado no período de 31 de julho a 22 de novembro de 2026, contemplando diferentes regiões do Estado da Bahia, com expectativa de participação de aproximadamente 490 atletas, conforme o seguinte cronograma:

5. CONFERÊNCIA I – PRINCESA DO SERTÃO – FEIRA DE SANTANA

DATAS: 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2026

LOCAL: Ginásio Oyama Pinto e Estação Cidadania – Feira de Santana/BA

- a) Às 14h do dia 31/07/2026 – Credenciamento das equipes e Congresso Técnico.
- b) Às 18h do dia 31/07/2026 – Início dos jogos classificatórios das categorias Adulto, Juvenil e Infantil.
- c) Às 08h do dia 01/08/2026 – Continuidade dos jogos classificatórios das categorias Adulto, Juvenil e Infantil.
- d) Às 08h do dia 02/08/2026 – Rodadas finais da Conferência, definição dos classificados e encerramento das atividades.

6. CONFERÊNCIA II – VALE DO SÃO FRANCISCO – SENHOR DO BONFIM

DATAS: 11, 12 e 13 de setembro de 2026

LOCAL: Senhor do Bonfim/BA – Ginásio Municipal

- a) Às 14h do dia 11/09/2026 – Credenciamento das equipes, Congresso Técnico e Festival de Mini-Handebol. b) Às 18h do dia 11/09/2026 – Início dos jogos classificatórios das categorias Júnior e Adulto.
- c) Às 08h do dia 12/09/2026 – Festival de Mini-Handebol e continuidade dos jogos classificatórios das categorias Júnior e Adulto.
- d) Às 08h do dia 13/09/2026 – Rodadas finais da Conferência, definição dos classificados e encerramento das atividades.

7. FINAL FOUR ADULTO MASCULINO

DATAS: 10, 11 e 12 de outubro de 2026

LOCAL: Luís Eduardo Magalhães/BA | Ginásio Municipal

- a) Às 14h do dia 10/10/2026 – Congresso Técnico e abertura da Final Four.
- b) Às 08h do dia 11/10/2026 – Jogos semifinais da categoria Adulto Masculino.
- c) Às 08h do dia 12/10/2026 – Disputa de 3º lugar, grande final e cerimônia de premiação.

8. CONFERÊNCIA III – PORTAL DO SERTÃO – FEIRA DE SANTANA

DATAS: 30 de outubro, 31 de outubro, 01 e 02 de novembro de 2026

LOCAL: Ginásio Oyama Pinto e Estação Cidadania – Feira de Santana/BA

- a) Às 14h do dia 30/10/2026 – Credenciamento das equipes e Congresso Técnico.
- b) Às 18h do dia 30/10/2026 – Início dos jogos classificatórios das categorias Júnior, Cadete e Mirim.
- c) Às 08h dos dias 31/10/2026 e 01/11/2026 – Continuidade dos jogos classificatórios das categorias Júnior, Cadete e Mirim.
- d) Às 08h do dia 02/11/2026 – Rodadas finais da Conferência, definição dos classificados e encerramento das atividades.

9. FINAL FOUR JUVENIL, JÚNIOR E ADULTO FEMININO

DATAS: 20, 21 e 22 de novembro de 2026

LOCAL: IFBA Barbalho – Salvador/BA

- a) Às 14h do dia 20/11/2026 – Congresso Técnico e abertura da Final Four.
- b) Às 08h do dia 21/11/2026 – Jogos semifinais das categorias Juvenil, Júnior e Adulto Feminino.
- c) Às 08h do dia 22/11/2026 – Disputas finais, cerimônia de premiação e encerramento oficial do Campeonato Baiano de Handebol 2026.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	ATIVIDADES	DATA/PERÍODO
1	Elaboração do Projeto	Maio a Junho de 2026
2	Divulgação do Evento	Junho a Novembro de 2026
3	Início das Atividades	31 de julho de 2026
4	Conferências e Finais	I – Conferência Princesa do Sertão: 31 de julho a 02 de agosto de 2026 (Feira de Santana/BA) II – Conferência Vale do São Francisco: 11 a 13 de setembro de 2026 (Senhor do Bonfim/BA) III – Final Four Adulto Masculino: 10 a 12 de outubro de 2026 (Luís Eduardo Magalhães/BA) IV – Conferência Portal do Sertão: 30 de outubro a 02 de novembro de 2026 (Feira de Santana/BA) V – Final Four Juvenil, Júnior e Adulto Feminino: 20 a 22 de novembro de 2026 (Salvador/BA)
5	Solenidade de Premiação	Premiação de Melhor Atleta da Partida ao término de cada jogo em todas as etapas do campeonato. Premiação dos campeões, vice-campeões e terceiros colocados das categorias participantes durante as etapas Final Four realizadas em outubro e novembro de 2026. Premiação do Campeão Geral do Campeonato Baiano de Handebol 2026 ao encerramento da última etapa, em 22 de novembro de 2026.
6	Prestação de Contas	Até maio de 2026

H.PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente

Menor ou iguala 59% - Meta Descumprida

I. PARAMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÕES CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÕES CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

AÇÕES DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: **31 de julho a 22 de novembro de 2026.** Vigência:

180 dias (Cento e oitenta dias)

Prestação de Contas: **90 (noventa) dias** após o término da vigência.

K. PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS			
1.		Receitas	
1.1		Recursos Receãidos	
1.2		Rendimentos Financeiros	
Total Geral de Receitas			
2.		Despesas	
2.1		Despesas com Recursos Humanos	
2.1.1		Remuneração da equipe	
2.1.1.1		Salários	
2.1.1.2		Vale Transporte	
2.1.1.3		Alimentação	
		Subtotal (Remuneração da equipe)	
2.1.2		Encargos Sociais	
2.1.2.1		INSS (27,8%)	
2.1.2.2		FGTS (8%)	
2.1.2.3		FGTS Multa Rescisória (40%)	
2.1.2.4		Recisão de Traãalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)	
2.1.2.5		PIS soãre a Folha de Pagamento (1%)	
2.1.2.6		1/3 soãre Férias	
2.1.2.7		13 Salário	
2.1.2.8		Férias Indenizadas	
2.1.2.9		IRRF	
		2.1.2.10	ISSQN
		2.1.2.11	FGTS (8%) 13º Salário
		2.1.2.12	INSS (27,8%) 13º Salário
		2.1.2.13	INSS Autônomo 20%
		Subtotal (Encargos Sociais)	
		Subtotal (Recursos Humanos)	
2.2		Custos Diretos	
2.2.1		MATERIAL PROMOCIONAL	

2.2.1.1		Camisa exclusiva do evento manga curta, dry poliamida, com logo do evento suálização total	
2.2.1.2		Mini Pelúcia animais brasileiros personalizada temática mascote do evento. Brinde Destaques das partidas e seleção da conferência.	
2.2.2		COMUNICAÇÃO	
2.2.2.1		Serviço de assessoria especializada em coartura de eventos esportivos para divulgação e transmissão dos jogos com exiação de replays, 5 cameras de alta resolução e estúdio para narração das partidas.	
2.2.2.2		Serviço de fornecimento, impressão e instalação de banners em lona vinílica nas dimensões 6m x 2m e 3m x 2m, com estrutura Box Truss, destinados à comunicação visual e divulgação institucional do Campeonato Baiano de Handebol 2026.	
2.2.3		OUTROS SERVIÇOS	
2.2.3.1		Serviço de prevenção e monitoramento especializado em segurança e primeiros socorros para eventos esportivos.	
2.2.3.2		Serviço de limpeza completo com materiais e produtos para eventos esportivos para atender todo o campeonato baiano 2026.	
	2.2.3.5	Serviço especializado em gestão de eventos esportivos por conferência, envolvendo coordenação administrativa para organização da logística e realização do credenciamento nos congressos técnicos, abertura e durante todo desenvolvimento da competição incluindo divulgação de boletins de resultado e solenidade de premiação.	
2.2.4		PREMIAÇÃO	
	2.2.4.1	Troféus personalizado exclusivo para handebol, até 50 cm com impressão das logos do evento colorida e em relevo	
	2.2.4.2	Medalhas em aço fundido, 70 mm, ouro, prata e bronze, exclusiva para handebol com impressão colorida em relevo, com fita personalizada	
	2.2.4.3	Medalhas em acrílico, 70 mm, ouro, prata e bronze, exclusiva para handebol com impressão colorida em relevo personalizada.	
	2.2.4.4	Troféus personalizado em acrílico exclusivo para handebol, 20 cm com impressão das logos do evento colorida e em relevo espelhado.	
Subtotal (Custos Diretos)			
200.000,00			
Total Geral de Despesas			200.000,00

L.CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcelas	Responsável	Mês Previsto	Ano	Valor
Parcela única	Concedente	Julho	2026	R\$ 200.000,00
TOTAL GLOBAL				R\$ 200.000,00

NOTA: Este ajuste será liberado em parcela única, após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, visando à execução do projeto do "CAMPEONATO BAIANO DE HANDEBOL 2026", em **31 de julho a 22 de novembro**.

Salvador, 25 de junho de 2026.

Ariane Moura Teixeira
Presidente da Federação Bahiana de Handebol

Uilson José Silva de Souza
Coordenador de Excelência Esportiva

Vicente José de Lima Neto
Diretor Geral da SUDESB



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Chefe**, em 30/06/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARIANE MOURA TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 03/07/2026, às 08:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uilson José Silva de Souza, Coordenador**, em 03/07/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 03/07/2026, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00143296314** e o código CRC **2617ACDF**.

Referência: Processo nº 069.1486.2026.0003024-67

SEI nº 00143296314